

## ICANN 63 – Barcelona – 20 a 25 de outubro de 2018

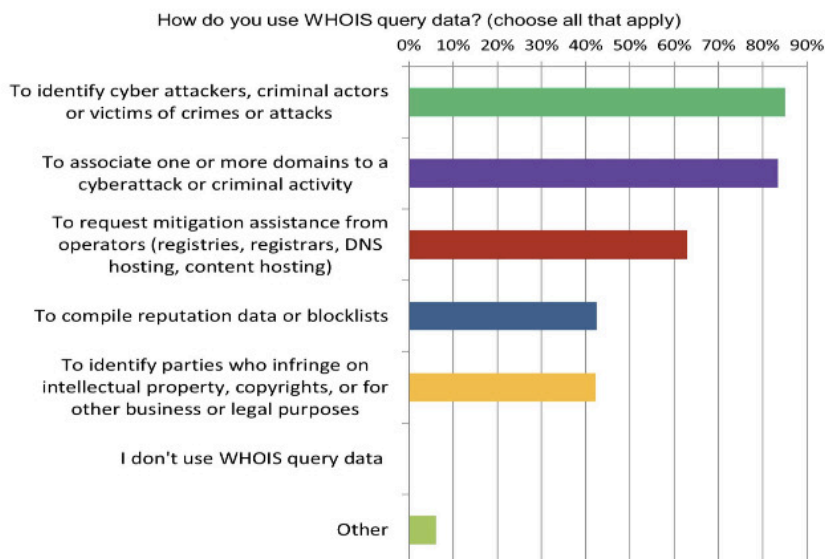
Flávia Lefèvre Guimarães – representante 3º Setor no CGI.br

### Breve relato dos principais temas discutidos nas reuniões que acompanhei

#### I – Acompanhamento da adequação do WHOIS ao GDPR

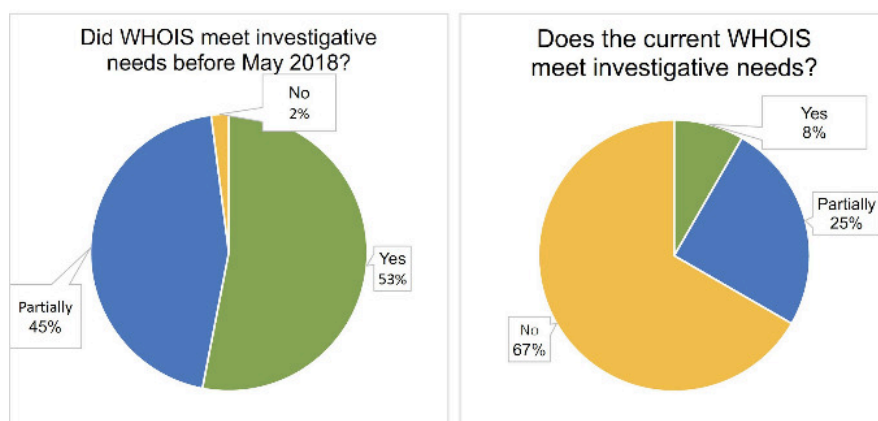
Um dos principais temas tratados nos diversos grupos de representação da ICANN foi o acompanhamento da política transitória definida para garantir a aplicação do General Data Protection Regulation (GDPR), que entrou em vigor em maio de 2018, pelo WHOIS, com vistas a se aprofundar o desenvolvimento da política definitiva a ser apresentada pelo Generic Names Supporting Organization (GNSO) a respeito do assunto.

Chamou a atenção pesquisa apresentada pelo Government Advisory Group (GAC) indicando que os governos investigados apontaram que o uso da base de dados do WHOIS se dá principalmente com fins de identificar ciberataques, criminosos, vítimas de crimes, de modo a associa-los a nomes de domínios, apresentando pedidos sobre a atuação dos operadores.



Ou seja, a pesquisa revela a grande importância de se buscar a máxima conformidade da atuação do WHOIS aos termos da GDPR, de modo a evitar excessos por parte das autoridades investigativas dos governos.

## Impact of Change



Source: WHOIS-RDS2 Review Team Initial Report [Webinar](#), 17 September 2018

Tanto assim que o gráfico acima demonstra que, antes da entrada em vigor do GDPR, a maior parte dos pedidos de investigação eram totalmente ou parcialmente atendidos e, depois maio de 2018 já estando em vigor o GDPR, a atuação dos operadores passou a ser mais criteriosa, com apenas 33% das consultas sendo atendidas total ou parcialmente. Ou seja, os governos e as autoridades de investigação que demandam dados do WHOIS terão também de aperfeiçoar suas práticas de modo a atingir a conformidade com o GDPR. Houve relatos de representantes no GAC de países como os EUA no sentido de que para o tratamento de dados estariam considerando além da GDPR outras normas nacionais, como se pode verificar pela seguinte manifestação de um dos representantes do país no GAC:

**“ASHLEY HEINEMAN:** THANK YOU. SPEAKING ON BEHALF OF THE GAC, SO, YES, IN TERMS OF OUR ENGAGEMENT IN THE EPDP AND OTHER ACTIVITIES GOING ON WITH RESPECT TO WHOIS, WE’VE BEEN TRYING OUR BEST TO MAKE IT AS GENERIC IS PROBABLY NOT THE BEST WORD, BUT TO MAKE SURE WHATEVER WE DO IS THERE IS OTHER DATA PROTECTION LAWS OUT THERE. WE’RE HOPEFUL THAT WE CAN DO THIS KIND OF USING GDPR AS A CONSTRUCT BECAUSE THAT’S WHAT’S KIND OF FORCED OUR HAND. BUT WHEREVER POSSIBLE, WE ARE TRYING TO MAKE THIS NOT SPECIFIC TO GDPR. I THINK THAT’S IMPORTANT, FOR RESPECT FOR OTHER LAWS THROUGHOUT THE WORLD. THAT’S WHAT WE’RE TRYING TO ACHIEVE AT LEAST”.

O representante do Conselho Europeu também trouxe informações relevantes a respeito do processo de construção de diretrizes pelo EPDP – expedited policy development process:

**I'M PETER CAMPION FROM THE COUNCIL OF EUROPE** AND I WILL BE VERY BRIEF TODAY. THE DATA PROTECTION JUST ADOPTED A GUIDE ON ICANN PRIVACY WHICH WAS PUBLISHED THIS WEEK. AND I KNOW THAT WE ARE CONCENTRATING ON GDPR AND WE'RE WAITING FOR AN OPINION FROM EPDP. BUT THE COMMITTEE COUNCIL OF EUROPE HAS AND DATA PROTECTION HAS ALL THE MEMBERS OF EUROPEAN UNION PLUS MEMBER NATS AS PARTIES LIKE RUSSIAN FEDERATION, TURKEY, MEXICO AND AFRICAN COUNTRIES AS WELL SO THERE ARE SOME INDICATIONS AND GUIDANCE AND COMMON UNDERSTANDING ON THIS ESPECIALLY WHEN IT COMES TO THE LAST TOPIC DATA SUBJECTS AND THE OTHER DEFINITIONS AS WELL AND PRINCIPLES. THANK YOU VERY MUCH.

Permanece, então, em discussão a definição da política a ser adotada em caráter definitivo para o tratamento da base de dados do WHOIS.

## **II – Rodadas futuras do programa de Novos gTLDs**

Trata-se de tema que implica nas discussões sobre os códigos e nomes geográficos no primeiro e no segundo nível do Domain Name System (DNS), passando por segurança e estabilidade do sistema como um todo, assim como nas discussões a respeito da participação de atores de áreas não atendidas.

O tema da liberação de registro de códigos de duas letras no segundo nível dos gTLDs já vem se mostrando controverso no GAC há alguns anos, especialmente a partir de 2016, quando o Conselho Diretor da ICANN efetuou uma mudança na sistemática de liberação do uso, em razão do que para a reunião de Barcelona, foi apresentado documento preparatório informativo específico sobre o tema, com o fim de orientar a busca de uma solução consensada com os governos.

Vale pontuar que o CGI.br tem posicionamento sobre o tema, conforme ficou expresso na Resolução 2017/017, com as seguintes recomendações a ICANN:

“O CGI.br recomenda que a ICANN:

1. MANTENHA as políticas anteriores que protegem e reservam os códigos de países e territórios de duas letras no topo e segundo nível do DNS, exceto quando usado no segundo nível de gTLDs de marca, resguardando o direito de países e territórios, bem como de seus respectivos operadores de ccTLD, de serem consultadas antes que as permissões sejam concedidas pela ICANN;
2. CONGREGAR todas as constituintes interessadas na questão em quaisquer esforços de revisão da política de reserva de nomes, dada a sua complexidade e centralidade para a estabilidade e segurança do Sistema de Nomes de Domínio;
3. PRESERVAR as políticas relativas aos nomes de domínio relacionados com Territórios e Países incluídos no padrão ISO 3166 separadas daquelas criadas e baseadas em acordos de registro de gTLDs;
4. ENVIDAR ESFORÇOS para evitar qualquer confusão e desorientação dos usuários, reforçando dessa forma a credibilidade do Sistema de Nomes de Domínio, historicamente, é tido como elemento de identificação confiável e clara de endereços da Internet;
5. REFORÇAR as referidas proteções também para os códigos de três letras que são listadas no mesmo padrão ISO 3166, uma vez que possuem correspondência direta com os códigos de duas letras de país e território”.

Algumas conclusões a respeito dos debates foram:

- nem todos os países do GAC colocam esse tema como prioridade.
- reconheceu-se que códigos de duas letras já vêm sendo registrados em diversos gTLDs e ccTLDs.
- é importante definir processo para divulgar aos países interessados atualizações a respeito de novos registros.
- ICANN tem trabalhado para o desenvolvimento de um sistema automatizado para consultas e para que os países possam identificar e apontar quais usos são abusivos e quais não são.

- o Conselho Diretor da ICANN informou que há vários ccTLDs utilizando códigos de duas letras em suas zonas e que o problema existe há muito tempo e reiterou que não há nada que a ICANN possa fazer para tirar aqueles nomes que já estão delegados.

A Argentina, por Olga Cavali afirmou que, a despeito de haver ou não base legal para a reivindicação dos países, o fato é que alguns países gostariam de ser informados como estávamos no procedimento anterior estabelecido antes de 2016, e de qualquer forma significa que é um poder de veto. Ser informado não significa necessariamente que vamos dizer não. De fato, de todas as informações que recebemos naquela época, isso foi muito útil, nunca nos queixamos. Nós apenas fomos informados. E então essa foi a delegação, e respondendo à pergunta sobre a delegação de segundo nível dos TLDs CC - diversos. Algumas são marcas registradas de marcas em nível nacional. Alguns são termos genéricos e, nesse caso, gostaríamos de saber sobre os novos gTLDs ou delegações no segundo nível. Não é o mesmo que ccTLD. Conhecemos os códigos de duas letras, mas um novo TLD é um novo nome e nós gostaríamos de ser informados”.

Os representantes do Ministério das Relações Exteriores (MRE) do Brasil consideraram que as decisões sobre ccTLDs implicam em recursos relacionados à soberania dos estados, a fim de defender a necessidade de haver um procedimento para consulta aos governos com possibilidade de veto.

Tendo sido dito:

“I fear we may in the course of the discussion lose sight maybe of the main important points surrounding these discussion. And I think part of the confusion or of the excess of information relates to some confusion that is are taking place in my view, first of all I think we should not -- we should never try to equate not differentiate situation of the CC TLD and the gTLD. For one the ccTLDs are caught the scope without the disciplines established by ICANN. As I understand. The gTLD operators signs a contract and has to abide by policy established by ICANN, and I think this is a very important issue and an issue that should leave the CCtld and gTLD SWOUT outside. ... we are talking about policies designed for gTLD to apply. In that regard I think the

main aspect of concern for us is that the policy that was in place for many many years, that was embraced by countries there was a procedure to deal with those, and there are advice in that regard was changed by the ICANN Board. By the -- I take on Board explanations trying to explain that the due process was followed in that regard, but I think this is something we have gone through, and at minimum there was some miscommunication because it's not fees THABL something that was so well explained at so many stages of -- would be interpreted by so many participants as something that was flawed so at least there was some miscommunication there that should be looked into. If we think about from this angle that there was policy that was changed, it is not justified in our opinion to try to bring reasons for why that was done beyond the reasons that addressed the procedure. The right procedure for this. For example you cannot justify having changed the policy saying there was no legal basis. That's why we changed it. Because if there was no legal basis. This should have be fed not process. Should have been explained and should have been endorsed and accepted by everyone. I think it's -- and it's strange us what the previous models of [inaudible] took on Board that assumption, so if it is assumption that is wrong, why did it guide through a process? And why it was changed? I think -- so basically what I want to say is that we should look from the angle of policy that was in place. That was changed, and restrict it to the right object and the right target for the policy. The CC TLDs are in the supposed to abide by those policies. It's something outside the scope of this discussion. And one thing that for me is also a problem is to say that because this decision entailed things that have been be changed a feta come police this is nothing this can be done about that. I don't it's good argument. I think it something wrong was done there is no reason it should not be corrected. If not we have with some effects that could go back. Maybe it's not possible but it corrected for the future so it's not a good argument to say well because this has effects that cannot be overturned we should live with this and leave it as its. So I don't think it's good from the perspective of what we are trying to do together. So those are more the statementses than questions. And some assumptions, and if I apologize if I do not have the maybe the proper understanding, and if some of those assumptions are not correct I would like to be" (..)

E ainda: (THIAGO JARDIM): Responding briefly to a few of the comments mentioned by MARTEEN. The public comment process was, in fact, the first time ICANN organization gave some indication to the authorization process could be withdrawn and it was at the moment the process was launched that that indication was given and the public process was open for comments for if I'm not mistaken 45 days. The 20 governments that participated and provided comments to that process almost all of them, if not all of them, indicated concerns and that most likely the implementation of the measures that were subject to public comments would run against standard GAC advice so the basic question of the essential question was asked by the representative of the U.K. before how does ICANN organization move away from a process shaped and recommended by the GAC through consensus vice as indicated as well their acceptance in Board resolutions without following the procedure that allows in case of GAC advice”.

O Embaixador Benedicto, que participava pela última vez no GAC, em virtude de sua nomeação para Embaixador do Brasil em Boston, também se manifestou:

“I would like to add a few comments to what my colleague has just stated and as this is my last ICANN meeting. Think I will allow myself the liberty to speak as transparently as I have been doing along the way but to be very clear about the message we want to convey. For us its the bottom line that any per the report, any adjustments that will be made should include the recognition, formally the recognition that an issue remains regarding jurisdiction. It is not acceptable to us that we endorse the recommendations. There are recommendations that entail concrete action and I think we heard from the co-chairs that recommendation 4.3 has a different nature because it does suggest that the issue be considered. It is not... a recommendation that it should be or it should lead to concrete action. And I think it's fair to say that this represents the sentiment in the sub-group. But in that case if those -- if this is the understanding that by accepting the report we accepting those 2 recommendations and there is this third one that will probably not entail concrete action, which is not acceptable to us, so what we could do, I see there are 3 alternatives. We could simply object and say there is no consensus or -- in the line of our working procedures. It could not be said to

the GAC has to approve or to reject. There would be know consensus position on this. And this will be addressed later on according to the rules as the co-chairs as I said 4 of the charters organizations approved. In one there will and split decision and they will have to deal with this. Or the second alternative is the one we have been pursuing and as my colleague explained we have looked into the CCWG charter. We think that it is in line -- aligned with the CC canning charter to propose is alternative by indicating there is no consensus to propose an alternative that could be further looked into. In the case CCWG could amend, there might be room for a consensus position. So I understand that the context. That was already explained by the co-chairs and we have been there in the sub-group that although there is that potential possibility excuse me for the redundancy -- in reality maybe it's not feasible to request from the CCWG to amend the language that is already kind of balanced among its participants. But to be an alternative that we have been pursuing so far. And maybe there is a third way that would be to address directly the Board. The CCWG report is there. We have to react. We have to provide advice so it can be maybe directly addressed to the Board, the GAC that we would support if all the colleagues could agree that the GAC could say there will be consensus within the GAC to approve provided that the 3 recommendations will be adopted in case only adopt 2 there is no consensus. So there is -- I think the easiest way would be just to say no, and to remain comfortable with these and see what happens later. We are trying to make a constructive proposal that CCWG could look into and provide an alternative. We understand the political -- the context and the internal balance within CCWG may not allow it and then there will be the third option in case it's not possible to address directly the Board. But in any case, I want to be clear that it's a bottom line for us, we cannot endorse a report that does not provide a way forward, and I want to be clear about that. We are not requesting that a solution be provided now, we are not requesting that together with the other... recommendations we mated a hard recommendation saying we are going to do this. We are just asking for the discussion to continue in a multistakeholder fashion. We think it's just fair because that issue, as I have said before, was there from day one of the first day of the first phase of the transition and it remains today, so it's an issue that will not disappear. I think



it's only fair that we recognize there was an issue and there is a path forward. That's what we are asking. Nothing more. We are not asking that the same level of decision will be made. But without that assurance it's impossible for us to go along because we would be validating a new framework, and possibly closing the file for years on the discussion in -- with elements that are not acceptable for us. I would like colleagues to see in that light. We are not requesting a final decision. We are requesting a path forward for suggestion, and those who are familiar with some discussions among countries. There are discussions that are there for decades. We are -- discussing the enlargement of the security council for years, but -- and there is not a viable solution insight. But for government it's something that should be there. You cannot just say let's complete anything, and get away -- you cannot get away with something that is important for a number of countries. So this is -- and again there are 3 alternatives. We try to be constructive and provide a way forward in line with the CCWG charter but maybe we should look into other ways of doing things. Thank you”.

Em resumo, o GAC deixou registradas suas insatisfações com a mudança dos procedimentos observados até 2016 para o Conselho Diretor da ICANN e solicitou também que demonstrassem documentalmente que a mudança estaria de acordo com as normas da ICANN.

A conclusão foi no sentido de que a Conselho Diretor da ICANN continuará a trabalhar no mecanismo para consulta rápida às delegações dos países, quanto às delegações dos respectivos códigos de duas letras, com vistas a acompanhar o uso e identificar potenciais abusos.

### **III – O caso do domínio de primeiro nível .AMAZON**

Os conflitos em torno do domínio de primeiro nível “.AMAZON” se mostraram bastantes acirrados e ocupando a pauta da ICANN.

Em setembro de 2018 foram encerradas as atividades do GT da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) encarregado de avaliar a proposta mais recente feita pela empresa Amazon para uma conciliação entre as partes que pudesse permitir o prosseguimento da delegação do domínio.

O document da OTCA revelou desacordo dos países envolvidos com a proposta da Amazon, em razão do que o Conselho Diretor da ICANN conclui pela necessidade de que a equipe técnica passasse a adotar as medidas necessárias em busca de consenso, de modo a orientar a decisão que o board, mais cedo ou mais tarde, terá de tomar, caso não se chegue a um acordo. O desfecho do tema na ICANN 63 se deu durante a reunião pública do Conselho Diretor realizada no último dia do evento.

Preocupa o teor do relato da assessoria do CGI.br segundo o qual: “foi aprovada resolução que retira o impedimento da continuidade dos procedimentos pertinentes à delegação do .AMAZON, indicando um posterior alinhamento de detalhes pendentes entre as partes envolvidas. O CEO da ICANN, Göran Marby, indicou que iria ao Brasil para continuar as discussões junto aos países da OTCA, mas que a solução para o caso teria envolvido um compromisso de "delegação conjunta" entre os países da região e a empresa Amazon. O Embaixador Benedicto Fonseca, que tem liderado as discussões sobre o assunto no período recente, informou à delegação do CGI.br, pelo grupo de mensagens da delegação, que o aparente acordo que teria baseado a nova resolução na verdade não existiu e que a ICANN atropelou um processo que vinha ocorrendo de maneira negociada”. Novas informações sobre essas negociações devem ser disponibilizadas em breve.

#### **IV – Considerações a respeito do processo da Plenipotenciária da UIT**

Vale considerar, por fim, que em diversas reuniões foi revelada preocupação quanto ao processo de revisão de Resoluções no âmbito da União Internacional de Telecomunicações, no contexto da reunião Plenipotenciária para a revisão e definição de novas normas, que ocorreria a partir de outubro a novembro de 2018, por conta da constatação de temas regulados pela ICANN poderiam ser afetados.

São Paulo, 1 de maio de 2019